

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA ATIVIDADE CAFEIEIRA: UMA ANÁLISE DAS MAIORES EXPORTADORAS E CERTIFICADORAS DE CAFÉ DO BRASIL E DA COLÔMBIA

MAYARA MATOS DO NASCIMENTO

mayara.matosn15@gmail.com

LILIAN ALIGLERI

lilian.aligleri@uel.br

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA ATIVIDADE CAFEIEIRA: UMA ANÁLISE DAS MAIORES EXPORTADORAS E CERTIFICADORAS DE CAFÉ DO BRASIL E DA COLÔMBIA

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo caracterizar as certificações socioambientais internacionais adotadas pelas maiores exportadoras de grãos de café do Brasil e da Colômbia. Trata-se de um estudo qualitativo-descritivo com as seis principais exportadoras de café da América Latina: Terra Forte Cafés, Cooxupé, Unicafé, Carcafé, Racafé e Expocafé; e três sistemas de certificação: Fairtrade, UTZ Certified e Rainforest Alliance. Esta pesquisa baseou-se na análise documental dos relatórios normativos das certificações os quais fornecem informações sobre as exigências socioambientais de cada sistema de certificação. A conclusão é que as certificações socioambientais são, hoje, uma realidade no agronegócio global do café. A Rainforest Alliance é a certificação mais presente nas exportadoras em análise e a que possui maior número de exigências socioambientais. A UTZ Certified se faz presente em cinco das seis exportadoras de café e a Fairtrade apenas nas empresas colombianas. Pode-se inferir que as certificações vêm sendo adotadas como importante instrumento de gestão para assegurar a legitimidade das ações socioambientais praticadas pela cadeia de produção, já que cada exportadora apresenta mais de uma certificação.

Palavras-chave: Gestão Socioambiental. Café. Certificação.

ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN COFFEE ACTIVITY: AN ANALYSIS OF THE BIGGEST COFFEE EXPORT COMPANIES AND CERTIFYING AGENCIES IN BRAZIL AND COLOMBIA

ABSTRACT:

This study aimed to characterize the international socio-environmental certifications adopted by the biggest coffee export companies from Brazil and Colombia. This is a qualitative descriptive study carried out with the six major coffee export companies from Latin America: *Terra Forte Cafés, Cooxupé, Unicafé, Carcafé, Racafé* and *Expocafé*; and three certification systems: Fairtrade, UTZ Certified and Rainforest Alliance. This research was based on documental analysis of regulatory reports of certifications which provide information about the environmental requirements of each certification system. It can be concluded that socio-environmental certifications are now a reality in the global coffee agribusiness scenario. Rainforest Alliance is the predominant certification in export companies analyzed in this study and presents the highest number of social and environmental requirements. UTZ Certified is present in five of the six coffee export companies and Fairtrade only in Colombian companies.

Keywords: Socio-environmental management. Coffee. Certification.

INTRODUÇÃO

A cafeicultura movimentou o comércio internacional, marcada pelo relacionamento interdependente entre exportadores e importadores, sendo os primeiros advindos de países em desenvolvimento e o segundo de países desenvolvidos, majoritariamente. O Brasil, Vietnã e Colômbia, foram respectivamente os líderes em produção e exportação de grãos de café no mundo, em 2015. Quanto aos maiores importadores, responsáveis pela industrialização da bebida, estão: Alemanha, Estados Unidos, Itália, Japão e demais países europeus (OIC, 2016). Em nível global, o ramo cafeeiro abrange 60 países produtores, emprega mais de 25 milhões de trabalhadores e exporta anualmente, em média, 110 milhões de sacas de 60 Kg (ABIC, 2016).

Fatores clássicos de competição como baixos custos de produção, condições climáticas propícias e práticas voltadas à eficiência produtiva, já não são suficientes para assegurar a competitividade no mercado internacional. Em função da crescente consciência ambiental, diferentes organizações de uma cadeia produtiva buscam inserir a variável socioambiental nos processos o que, por conseguinte, exige práticas justas e ambientalmente responsáveis desde o cultivo café (DIAS, 2009).

Neste sentido, a responsabilidade socioambiental ganha importância como instrumento de gestão para assegurar a sobrevivência econômica das empresas cafeeiras. A gestão socioambiental implica em proteção da biodiversidade, boas condições de trabalho, redução do consumo de recursos energéticos e otimização das técnicas de produção o que acarreta em melhorias da imagem junto aos clientes e comunidade, abrindo a possibilidade para mercados mais exigentes, em termos ecológicos.

Diante do impacto do agronegócio para a economia, este estudo surgiu de uma inquietação em compreender melhor o cenário global de exportação e sua relação com a sustentabilidade a partir da adoção das certificações socioambientais internacionais, tais quais *Rainforest Alliance*, *Fairtrade* e *UTZ Certified*.

A fim de estudar a importância das certificações socioambientais para a exportação de grãos de café, foram selecionadas duas nações com elevada participação no cenário global. Logo, dentre todos os países exportadores do ramo cafeeiro, escolheu-se o Brasil e a Colômbia pela representatividade, visto que a participação de ambos corresponde a 44,5% do total da produção mundial em 2015. Além disso, internacionalmente, estes países são referências no ramo ao se tratar de sabor, aroma e qualidade do grão.

Espera-se que a comparação entre os países propicia um panorama mais abrangente do setor, ao entender as especificidades e as práticas socioambientais comuns ao arranjo produtivo destinado à exportação de café.

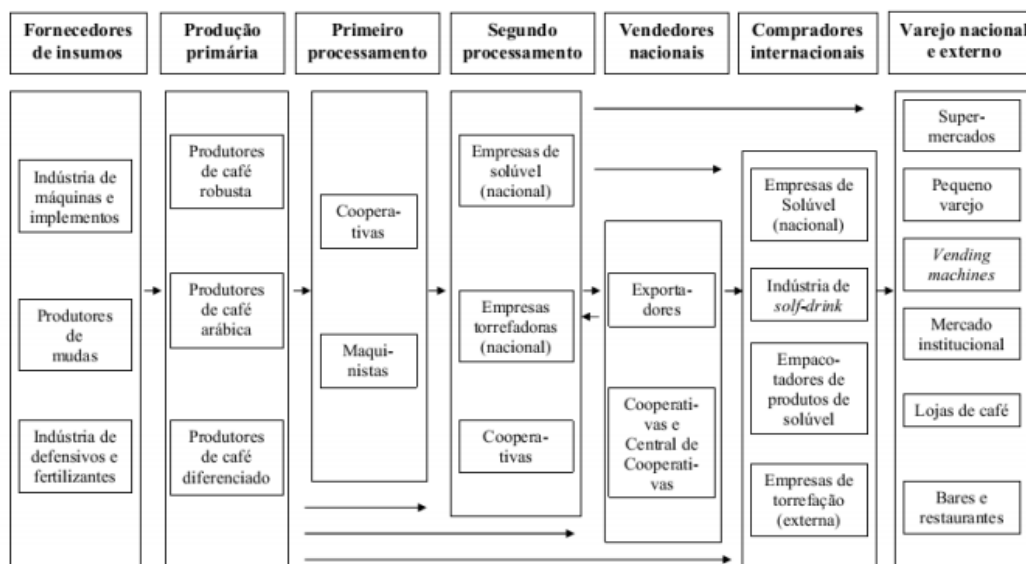
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Em aspectos históricos, o café é uma planta originária do continente africano, mais especialmente de regiões de sub-bosque da Etiópia, como Cafa e Enária. A região de Cafa pode ser a responsável pelo nome café. Da Etiópia a planta foi levada para o Egito no século XVI e depois para Turquia. No século posterior, a bebida foi consumida na Itália e Inglaterra e pelos demais europeus. Devido à migração para diversos territórios, o café chegou às Américas, com destaque para os Estados Unidos o qual é atualmente o maior consumidor e importador mundial desta bebida (RCAFEICULTURA, 2006)

No que tange ao arranjo produtivo, o café envolve diversas etapas: inicia-se com as indústrias de insumos e de máquinas; em seguida com a produção primária dos grãos; depois tem-se o primeiro processamento realizado por cooperativas ou maquinistas; segundo

processamento (por empresas de solúvel ou torrefadoras); vendedores nacionais ou compradores internacionais; e por fim o varejo nacional e internacional (supermercados, lojas de café e bares), a representação sistematizada da cadeia de valor pode ser vista na figura abaixo.

Figura 1 - Cadeia de valor do café



Fonte: IDEIES, 2015.

A cadeia de valor do café abrange a transformação do produto, desde o grão até a comercialização no país ou no exterior. A matéria-prima dá origem a três produtos principais, sendo eles: o café torrado, o café moído e o café solúvel. Apesar da simplicidade da representação do fluxo físico, a relação entre os segmentos é complexa devido à multiplicidade de agentes envolvidos (IDEIES, 2015). Conforme já destacado por Leme (2015, p. 19):

A oferta de cafés certificados para consumidores ao redor do mundo depende fortemente de articulações entre os diversos atores da cadeia do café, de produtores a varejistas, pois, além de envolver questões comerciais, envolve a coordenação de ações de rastreabilidade e controle de origem do produto.

De acordo com a *Sustainable Business Toolkit* (2014) entre os principais impactos da produção de café estão: (a) perda de biodiversidade pelo desmatamento de florestas em regiões físico-climáticas mais propícias para o cultivo do grão que o afeta a dinâmica atmosférica, a qualidade da água e a preservação de espécies selvagens; (b) poluição e contaminação da água devido ao processamento industrial de café que acarreta em eutrofização, fenômeno que leva a uma diminuição do oxigênio e provoca a degradação da vida aquática e comprometimento da potabilidade da água; (c) danos à saúde do consumidor pelo uso excessivo de agrotóxicos nas lavouras para reduzir a suscetibilidade das pragas.

Vilela (2012) elenca algumas externalidades negativas ao meio ambiente provocadas pelo plantio insustentável do café:

[...] contaminação do lençol freático (com os agrotóxicos e os fertilizantes usados na lavoura), escassez de água (irrigações sem autorização), diminuição da área florestal (desmatamento), profundas alterações no clima do planeta, poluição atmosférica, intoxicação pelo uso de agrotóxicos, degradação do patrimônio genético, diversas espécies em extinção, deslizamento dos morros (plantações de café sem realizar as curvas de nível), poluição dos mananciais, etc. (VILELA, 2012, p. 6)

A inclusão de novas práticas socioambientais na atividade cafeeira, especialmente de países em desenvolvimento, foi um papel de produtores incentivados pelas associações nacionais, atentas as rigorosas normas internacionais que regulamentam as características do produto para importação, por meio da exigência de normas ambientais, como as ISOs e demais certificações socioambientais.

Logo, conforme afirmam Coelho e Lee (2009, p. 49) é de grande importância a consciência dos cafeicultores sobre as questões ambientais em todas as etapas do processo produtivo, com vistas a “clara percepção da importância das relações entre os fatores endógenos (biológicos e ambientais) e exógenos (sociais e econômicos) para a conformação, estabilidade e resiliência dos agroecossistemas”.

No entanto, a gestão socioambiental apresenta múltiplas interpretações, dimensões e conceitos teóricos. Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2009, p.17) apontam os principais norteadores da gestão socioambiental, com destaque para posturas proativas das organizações frente as questões ambientais e sociais.

- a) A responsabilidade socioambiental começa onde a lei termina, indo além das obrigações legais. É um investimento proativo no capital humano, meio ambiente e relação com outras partes interessadas.
- b) Está associada ao conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que considera o interesse de longo prazo da empresa e da sociedade.
- c) Incorpora as expectativas da sociedade e integra nas operações e decisões organizacionais uma análise do impacto econômico, ambiental e social.
- d) Está vinculada à forma como a empresa é gerida, devendo estar presente no planejamento estratégico, nas atividades das áreas organizacionais e praticada em seus relacionamentos.

Nascimento, Lemos e Mello (2008) corroboram com esta concepção ao afirmar que a gestão socioambiental estratégica deve estar presente em cada um dos processos gerenciais, isto é, desde a concepção das estratégias até a implementação e nova práticas em atividades operacionais diárias.

A gestão socioambiental estratégica (GSE) de uma organização consiste na inserção da variável socioambiental ao longo de todo o processo gerencial de planejar, organizar, dirigir e controlar, utilizando-se as funções que compõem esse processo gerencial, bem como das interações que ocorrem no ecossistema do mercado, visando atingir seus objetivos e metas da forma mais sustentável possível. Portanto, a GSE é o caminho para as organizações que decidirem assumir a responsabilidade social e adotar as melhores práticas para tornar os seus processos produtivos mais sustentáveis, contribuindo para a construção do desenvolvimento sustentável global. (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008, p. 18).

Em suma, as proposições de Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2009) e Nascimento, Lemos e Mello (2008) convergem para a definição de sustentabilidade elaborada por Elkington (2001), num “tripe” de decisão e análise que considere as pessoas, o planeta e o lucro.

Certificações Ambientais no Ramo Cafeeiro

O mercado cafeeiro em âmbito internacional, por meio de associações e auditorias independentes, geralmente vinculadas ao terceiro setor, desenvolveu diversos modelos de produção sustentável creditados por terceira parte. O Conselho Científico para Agricultura Sustentável (2016) atribui as certificações um papel fundamental para a sustentabilidade do meio ambiente, sendo uma ferramenta para assegurar que os sistemas de produção, produtos e serviços, estejam comprometidos com uma performance econômica e ambiental corretas, na

busca de uma vida digna e saudável e que preserve o meio ambiente com vistas a garantir, entre outros benefícios, um consumo sadio e de qualidade, bem como a sobrevivência das gerações futuras. Já o Imaflora (2016) elenca as seguintes vantagens competitivas adotadas por empreendimentos certificados: diferenciação dos produtos no mercado, participação em mercados mais exigentes, ganhos em gestão e melhoria na imagem institucional.

O processo inicia-se com o interesse voluntário de organizações em adquirir a certificação, posteriormente ocorre uma avaliação de conformidades, realizadas por profissionais especializados, em relação às formas de gestão, processos produtivos, condições de trabalho e interação com o ambiente. Em seguida, tem-se o parecer dos auditores para as empresas solicitantes em relação a condição de aptidão para a obtenção do certificado. Importante destacar que as auditorias não ocorrem somente na adesão a certificação, mas em períodos pré-definidos, normalmente ano a ano, enquanto houver vínculo com a certificadora (VIANA *et al*, 2003).

Especialmente no ramo cafeeiro, coexistem dois sistemas distintos para avaliação de conformidade, são eles: a certificação e a verificação. Em pesquisa de doutorado realizada por Leme (2015) sobre o mercado de café, o autor alega que ambos os sistemas são constituídos por um conjunto de normas e padrões. Quanto às diferenças, a certificação consiste em um “atestado de terceiros relacionado a produtos, processos, sistemas ou pessoas” (ISO, 2005), que envolve o monitoramento e a acreditação de forma independente (terceira parte); enquanto que a verificação atua como uma “confirmação através da prestação de provas objetivas, de que os requisitos especificados foram cumpridos” (ISO, 2005).

Referente à cafeicultura em nível internacional há quatro tipos de certificações e três sistemas de verificação. Os sistemas de certificação são: a *Rainforest Alliance* (RA), sistema *Fairtrade*, representado pela Fairtrade Labelling Organizations (FLO), *UTZ Certified* (UTZ) e o conjunto de certificações orgânicas, apresentados no Quadro 1. Já os sistemas de verificação são: *Starbucks’ Coffee and Farmer Equity Practices* (C.A.F.E. Practices); o sistema “Triple A” (AAA) da Nespresso (Nestlé) e a Associação do Código Comum da Comunidade Cafeeira (4C).

O C.A.F.E. Practices é um programa de verificação desenvolvido pela Starbucks em parceria com a SCS Global Services, que contrata organizações terceirizadas para averiguar as práticas de seus fornecedores a fim de garantir a qualidade do grão e o processamento de forma sustentável, levando em conta aspectos econômicos, sociais e ambiente da produção.

Em parceria com a *Rainforest Alliance*, o Programa AAA da Nespresso, consiste em um sistema de verificação pautado em três pilares: qualidade, sustentabilidade e produtividade. O programa tem o intuito de reinventar a cadeia de negócios e de valor para garantir um fornecimento sustentável dos cafés de alta qualidade, ao mesmo tempo que protege os meios de vida dos agricultores que os cultivam. Atualmente o Programa conta com mais de 45 mil produtores associados. Destaca-se que a Nespresso remunera as práticas sustentáveis dos agricultores com o pagamento de prêmio de cerca de 30% a 40% acima do preço padrão do mercado (NESTLÉ, 2016).

Outro sistema de verificação foi criado pela Associação do Código Comum da Comunidade Cafeeira, conhecida como 4C. A estruturação se deu a partir da colaboração de *multistakeholders* (organizações de produtores, comércio, indústria e ONGs) com o objetivo de desenvolver estratégias e medidas sustentáveis por meio do diálogo entre os diversos atores da cadeia produtiva cafeeira. Este processo baseia-se na autoavaliação e em um ciclo de verificação externa pelo período de três anos. Destaca-se que o Código de Conduta da 4C “é posicionado como um padrão de referência que permite que os produtores avancem, posteriormente, para etapas mais exigentes em sistemas como FLO, RA e UTZ”.

Quadro 1 – Características dos Sistemas de Certificação na Atividade Cafeeira

Categorias	Certificação Fairtrade	Certificação UTZ Certified	Ce
Missão da Organização	Conectar produtores e consumidores desfavorecidos, promover condições comerciais mais justas e capacitar os produtores para combater a pobreza, fortalecer sua posição e ter mais controle sobre suas vidas	Criar um mundo onde a agricultura sustentável seja a norma. A agricultura sustentável ajuda agricultores, trabalhadores e suas famílias a cumprir suas ambições e contribui para proteger os recursos do mundo, agora e no futuro.	Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação da natureza
Processo/Sistema de Certificação	1) Aplicação (candidatura da empresa); 2) Auditoria (visitas ao local, entrevista com atores envolvidos no processo, verificação de documentos); 3) Análise (envio de relatório dos auditores para os analistas da certificação Fairtrade); 4) Certificação (as conformidades exigidas são atendidas) ou solicitação de mudanças e readequações para adesão a Fairtrade; 5) Acompanhamento (após a certificação inicial tem-se um "ciclo de certificação" de três anos em que se realiza pelo menos duas auditorias - de vigilância e de renovação de certificado).	1) Registro (Portal da UTZ); 2) Escolha de uma entidade de certificação (levar em consideração, taxa, prazo e alcance da auditoria UTZ Certified); 3) Auditoria (auditoria física, entrevistas, verificação de documentos); 4) Parecer (preencher um relatório com o resultado da auditoria no portal da UTZ Certified); 5) Envio do certificado UTZ (pela entidade de certificação); 6) O Departamento de Normas e Certificação da UTZ Certified revê, verifica e confirma as informações; 7) A licença de certificação torna-se ativa; 8) Recertificação (são auditorias subsequentes com pontuação mínima crescente).	1) Solicitação de auditoria (com base na análise dos relatórios de auditoria); 2) Reuniões de trabalho (reuniões, visitas de campo, observação da auditoria); 3) Decisão de conformidade (Decisão de conformidade realizada para assegurar a conformidade da Cadeia de C
Órgão certificador	FLOCERT, organização independente e global de certificação, com acreditação da ISO 17065	A UTZ trabalha em parceria com cerca de 60 organizações de certificação responsáveis pela realização de auditorias.	Existem 100 diversos países IMO Índia Productos y
Estrutura das normas	As normas são divididas em requisitos básicos e requisitos de desenvolvimento. Requisitos Básicos refletem os princípios do Comércio Justo e devem ser cumpridos. Requisitos de desenvolvimento se referem às melhorias contínuas que as organizações certificadas devem fazer através da obtenção de uma média de um sistema de resultados (também definindo como uma média mínima inicial) definidos pelo órgão de certificação.	No programa UTZ Certified, os produtores precisam cumprir uma série de pontos de controle obrigatórios e critérios adicionais. Ao longo dos quatro anos do processo de melhoria contínua UTZ, o número de pontos de controle obrigatórios aumenta, para incentivar os produtores a melhorarem as suas práticas. Após este período, implementam um plano de gestão da exploração agrícola com as ações necessárias para abordar os riscos identificados.	Classificam em critérios que requerem propriedade a sua certificação cumprir um terá cancela os demais conformidade devem cumprir aplicáveis d

Fonte: Autoria própria com base no Relatório Fairtrade e site institucional FLOCERT; três relatórios da UTZ (Módulo do Café, Conduta Núcleo) e relatórios normativos disponibilizados pela Rainforest Alliance.

Os cafés certificados de cunho social e ambiental entram na categoria de cafés especiais, distinguindo-se em relação ao café comum ou *commodity* uma vez que os “consumidores buscam nestes cafés não uma diferenciação clara de qualidade da bebida, mas consomem aspectos intangíveis, como respeito à natureza, ao meio ambiente ou aos trabalhadores e produtores familiares.”(LEME, 2015, p. 20).

METODOLOGIA

Este estudo surgiu da inquietação em compreender como a gestão socioambiental é aplicada no comércio internacional de grãos de café. Delimitou-se como objetivo geral: caracterizar as certificações socioambientais internacionais adotadas pelas maiores exportadoras de grãos de café do Brasil e da Colômbia. Para isso, adotou-se, em termos de natureza, a pesquisa qualitativa para nortear o trabalho.

A abordagem qualitativa justifica-se na presente pesquisa por se propor a estudar em profundidade determinado fenômeno do ramo do agronegócio mundial, sem a pretensão de alcançar uma representatividade numérica. A caracterização das certificações socioambientais internacionais adotadas pelo setor cafeeiro colombiano e brasileiro pautou-se em seis empresas exportadoras de café. Esta amostra é considerada pequena em relação à quantidade exacerbada de empresas exportadoras do grão dos países em análise, porém a mesma é relevante em termos do volume de sacas exportado no ano de 2015.

Em relação ao objetivo da pesquisa, esta se classifica como descritiva, pois se propõe a descrever as características de determinada população.

Quanto aos procedimentos técnicos optou-se pela pesquisa documental desenvolvida a partir de relatórios internacionais, com informações e dados estatísticos sobre o mercado cafeeiro, disponibilizados em meios eletrônicos pelos órgãos regulamentadores e auxiliares da exportação de grãos de café, como a Organização Internacional do Café e o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil. Os relatórios das certificações internacionais Fairtrade, Rainforest Alliance e UTZ Certified também fundamentaram este estudo por apresentar o código de conduta das empresas cafeeiras certificadas, as respectivas normas técnicas e exigências socioambientais. Portanto, o estudo está alicerçado em dados secundários disponibilizados em sites da internet.

As exportadoras de café do Brasil e da Colômbia foram escolhidas levando em conta a posição ocupada pela empresa no ranking de quantidade exportada do grão. Terra Forte Cafés; Cooxupé; Unicafé; Racafé; Carcafé e a Expocafé, são os objetos deste estudo, as três primeiras empresas são brasileiras e as outras colombianas.

As organizações colombianas foram selecionadas, com base nas informações concedidas pela Associação de Exportadores de Café da Colômbia (ASOEXPORT), através de contato via e-mail com o presidente executivo do órgão. Ressalta-se que embora a *Federacion Nacional de Cafeteros* seja a maior exportadora colombiana de grãos de café e possua grande representatividade no cenário nacional, para esta pesquisa optou-se por não considerá-la como objeto de análise devido à sua configuração organizacional. A *Federacion Nacional de Cafeteros* é uma organização sem fins lucrativos que desempenha, principalmente, a função de representação sindical dos produtores de café. Logo, a Federação se diferencia completamente da configuração adotada pelas demais exportadoras privadas analisadas que inviabiliza a comparação entre entidades fundamentalmente diferentes.

Quanto às maiores exportadoras brasileiras de café, esta escolha foi respaldada pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), após contato via e-mail com o atual diretor técnico. Considerando o ano de 2015, o órgão afirmou que a Cooxupé obteve a

liderança no ranking de quantidade de sacas exportadas do grão, seguida pela Outspan Brasil Importação e Exportação classificada em segundo lugar, e a Terra Forte Cafés, em terceiro.

Porém, em razão da exportadora Outspan não possuir site institucional, uma das fontes de informações desta pesquisa, tornou-se inviável adotá-la como objeto de análise. Diante disso, substitui-se a Outspan pela Unicafé, quarta colocada na exportação cafeeira.

A seleção de seis empresas para estudo permite descrever de forma mais aprofundada as certificações adotadas em cada uma delas. Todavia, não se pode afirmar sobre a totalidade das práticas do setor apenas com base nesta amostra.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Devido à assimetria de informações disponibilizadas em meios eletrônicos, escolheu-se os seguintes critérios para caracterizar as maiores exportadoras de café do Brasil e da Colômbia: ano de criação, localização, missão e certificações socioambientais adotadas.

A Terra Forte Cafés, instalada no Brasil, iniciou sua atividade de negócio no mercado cafeeiro a partir de 2004, voltada para rebeneficiamento, armazenagem e exportação de grãos. A Terra Forte conta com escritórios de compra situados no sudeste e nordeste do país, com sede localizada na cidade de São João da Boa Vista no estado de São Paulo.

A empresa possui como filosofia de trabalho investir continuamente em melhorias, por conseguinte, preza pela inserção da tecnologia em todas as operações de café, com a presença de processos totalmente automatizados e com avançados sistemas. A exportadora conta com dois sistemas de certificação internacional, são elas: a *UTZ Certified* e a *Rainforest Alliance*.

A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda, conhecida popularmente como Cooxupé, possui mais de 80 anos de história no agronegócio brasileiro. Criada em 1932, com a finalidade inicial de Cooperativa de Crédito Agrícola, apenas em 1957 voltou-se a produção de café, e nos dois anos seguintes, lançou-se ao mercado de exportação do grão. Destaca-se que há mais de 12 mil cooperados, sendo 84% deles pequenos produtores que vivem da agricultura familiar, com produção de café em mais 200 municípios brasileiros, especialmente nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

A Cooxupé tem como propósito conquistar a satisfação dos clientes, cooperados e colaboradores com produtos, serviços e processos continuamente melhores, respeitando o meio ambiente. As certificações adotadas pela cooperativa, são: a *UTZ Certified* e *Rainforest Alliance*.

A Unicafé, sediada em território brasileiro, foi fundada em 1969, através da fusão de sete empresas capixabas. A Unicafé possui sete escritório e cinco armazéns localizados nos principais centros de comercialização do grão no país, sendo as únicas cidades do país a receberam ambas as instalações: Varginha (MG), Manhumirim (MG), Vitória da Conquista (BA) e Londrina (PR). A *Rainforest Alliance* e a *UTZ Certified* são os sistemas de certificação socioambiental presentes na companhia que visa atingir a excelência no atendimento aos clientes e as demandas do mercado nacional e internacional.

O grupo colombiano Carcafé foi fundado em 1983, com sede em Bogotá, na Colômbia. A missão da empresa é satisfazer as necessidades de consumidores de café colombiano com a melhor combinação de produtos e serviços, gerando confiança e garantindo resultados sustentáveis para acionistas, empregados e comunidades com as quais interage.

Os grãos de café exportados pela Carcafé são certificados pelo sistema *Rainforest Alliance* e *Fairtrade*.

A Racafé, exportadora de grãos de café colombiana, foi fundada em 1953, numa parceria de fazendas produtoras de mais de 250 municípios da Colômbia. A organização advinda da coletividade possui sete unidades de produção estrategicamente distribuídos no país, nas cidades de Bogotá, Neiva, Medellín, Bucaramanga, Pereira, Quindío e Popáyan.

A Racafé apresenta como propósito central: “contribuir para o desenvolvimento sustentável do país, por meio da criação de valor em todas as relações da empresa” (RACAFÉ, 2016), sendo certificada pela *Rainforest Alliance*, *Fairtrade* e *UTZ Certified*.

A Sociedade Exportadora de Café das Cooperativas de Cafeicultores da Colômbia, também conhecida como Expocafé, foi fundada no ano de 1985 na cidade de Bogotá como resultado de um processo articulado entre produtores do grão, cooperativas e a Federação Nacional de Cafeicultores que almejavam atender ao mercado externo.

A Expocafé possui três sistemas de certificação, são eles: *Rainforest Alliance*, *UTZ Certified* e *Fairtrade*. A organização tem como missão gerar valor para as cooperativas que procuram melhores canais de comercialização de café.

No Quadro 2 apresenta-se um compêndio das certificações de cada uma das exportadoras estudadas, o que evidencia a preocupação com questões socioambientais no comércio internacional do café. Além disto, pode-se inferir que as certificações vêm sendo adotadas como importante instrumento de gestão para assegurar a legitimidade das ações socioambientais praticadas pela cadeia de produção, já que cada exportadora apresenta mais de uma certificação. Portanto, os dados confirmam a afirmação de Souza (2006, p. 161) de que “há um novo mercado associado ao processo de beneficiamento do café, o mercado dos certificadores”.

Quadro 2 – Relação das certificações das exportadoras de café estudadas

Exportadoras de grãos de café/Certificações		<i>UTZ Certified</i>	<i>Rainforest Alliance</i>	<i>Fairtrade</i>
Exportadoras brasileiras	Terra Forte Cafés	X	X	
	Cooxupé	X	X	
	Unicafé	X	X	
Exportadoras colombianas	Carcafé		X	X
	Racafé	X	X	X
	Expocafé	X	X	X

Fonte: Autoria própria com base no site institucional da Terra Forte Cafés (2016), Cooxupé (2016), Unicafé (2016), Carcafé (2016), Racafé (2016) e Expocafé (2016).

De acordo com o quadro acima, percebe-se que a *Rainforest Alliance* é a certificação internacional mais adotada pelas exportadoras de café estando presente em todas as organizações estudadas. A certificação compreende um total de dez princípios, sendo eles: i) sistema de gestão social e ambiental; ii) conservação de ecossistemas; iii) proteção da vida silvestre; iv) conservação de recursos hídricos; v) tratamento justo e boas condições de trabalho; vi) saúde e segurança no trabalho;vii) relações com a comunidade; viii) manejo integrado do cultivo; ix) manejo e conservação do solo e x) manejo integrado de desperdícios. Os princípios são subdivididos num total de 100 critérios segmentados em conformidade geral e critérios críticos. Para obter a certificação as exportadoras tiveram que cumprir pelo menos 50% dos critérios de cada princípio e no mínimo 80% do total dos critérios aplicáveis da norma, além de conformidade total com os critérios críticos.

Ao analisar as categorias e os relatórios normativos da *Rainforest Alliance*, se constatou que, dentre os sistemas de certificação analisados, a organização apresenta maior

quantidade de exigências socioambientais em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

A segunda certificação mais adotada é a *UTZ Certified*, que possui dois códigos para nortear as ações das exportadoras cafeeiras. O código núcleo possui 122 exigências aplicáveis para organizações de múltiplos setores – café, cacau, chá e avelã. Já o código de conduta do café abrange normas direcionadas estritamente a cafeicultura. A *UTZ* foca, geralmente, em melhorias dos métodos de produção agrícola.

É interessante destacar que em 06 de junho de 2017 foi anunciada na internet a fusão das organizações *Rainforest Alliance* e *UTZ*. A nova organização, que será chamada *Rainforest Alliance* criará um único padrão de certificação global com o propósito de simplificar a certificação para os agricultores e capacitar as empresas para construir cadeias de suprimentos mais responsáveis, de forma mais eficiente. A nova configuração não vai acarretar mudanças de procedimentos ou normas para o produtor até o fim do ano de 2018. Segundo as organizações, uma nova e única norma deve ser publicada no início de 2019 (UTZ, 2017; RAINFOREST ALLIANCE, 2017). Quiçá a nova norma ambiental insira temas atualmente negligenciados, como a denominação de origem (SOUZA, 2006) e a minimização dos impactos ambientais no pós-consumo, a exemplo do uso de embalagem com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem (ALIGLERI, ALIGLERI e KRUGLIANSKAS, 2016).

Já a certificação *Fairtrade* está presente apenas nas organizações sediadas na Colômbia. Acredita-se que tal fato se deva às características intrínsecas de formação socioespacial do campo uma vez que ao contrário do Brasil, a Colômbia tem forte tradição de pequenos produtores e cooperativas para a comercialização de cafés especiais. A certificação *Fairtrade* é mais condizente com a estrutura social ali presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a certificação seja um compromisso voluntário das organizações para adotar um comportamento ambientalmente correto em relação ao gerenciamento da empresa ou do processo produtivo, ela vem ganhando status de “obrigatória”. Isso vem ocorrendo especialmente para aqueles empreendimentos que desejam atuar no mercado externo. Frederico e Baroni (2015) citando Daviron e Vagneron (2011) afirmam que se trata de uma *recommoditização* das formas alternativas de comércio criadas nas décadas de 1960 e 1970 na medida em que as certificações socioambientais estão cada vez mais inseridas numa lógica similar às demais commodities agrícolas.

Entretanto, não se pode negar que o processo de certificação levou a uma melhoria no sistema de gestão das organizações envolvidas, adequando pontos falhos e melhorando a eficiência do uso dos insumos e recursos empregados no sistema produtivo (BINI *et al*, 2015). Tal fato impulsionou uma rearticulação das relações econômico-sociais vinculadas à produção e comercialização do café, além de contínuas modificações objetivas e subjetivas nos arranjos produtivos e nos campos estratégicos.

Finalmente, ressalta-se que a recente fusão entre as duas maiores certificadoras de café irá redefinir padrões de sustentabilidade nas cadeias de abastecimento agrícola para os próximos anos, o que levará a novos arranjos, arenas de ação e um constante fluxo de negociações entre os agentes. Portanto, novos estudos sobre o processo de gestão socioambiental na atividade cafeeira podem utilizar-se da proposição neo-institucionalista desenvolvida por Fligstein e McAdam (2012).

REFERÊNCIAS

ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L.A; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L.A; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão industrial e produção sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2016.

ABIC. **Estatísticas do Café**. Associação Brasileira da Indústria do Café Disponível em: <http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> . Acesso em: jun. 2016.

BINI, D. A. *et al.* O efeito econômico da certificação rede de agricultura sustentável Rainforest Alliance: uma análise dos produtores de café de Minas Gerais. Anais do IX **Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil**. 24 a 26 de junho de 2015, Curitiba-PR. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/46788932/O_EFEITO_ECONOMICO_DA_CERTIFICAO_REDE_DE20160625-22177-12ih4o3.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1507577074&Signature=qExN45VBiGor6kYGO%2B3wi979gS0%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DO_Efeito_Economico_Da_Certificacao_Rede.pdf. Acesso em: dez, 2016.

CARCAFÉ. **Certificações Socioambientais**. Disponível em: <http://www.carcafe.com.co/> Acesso em: 21 nov. 2016.

CECAFE. Conselho dos Exportadores de Café do Brasil. **Geração de Valor e Gestão Profissional na Cadeia Cafeeira**. 2016. Disponível em: <http://www.cecafe.com.br/sustentabilidade/artigos/geracao-de-valor-e-gestao-profissional-na-cadeia-cafeira-20160420/>. Acesso em: jun. 2016.

CECAFE. **Consumo Mundial de Café**. Disponível em: <http://www.cecafe.com.br/sobre-o-cafe/consumo/>. Acesso em: jun. 2016

COELHO, E.; LEE, F. Agricultura e meio ambiente: um contrassenso? **Revista UFG**, vol.11 n.7. p.46-53.Universidade Federal de Goiás, 2009.

CONSELHO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CAFÉ. **Produção integrada do café: origem, impactos esperados, normas e ferramentas para implantação**. 2007. Acesso em: 04 jun. 2016. Disponível em: <http://www.cafepoint.com.br/certificacao-e-qualidade/producao-integrada-de-cafe-pic-origem-impactos-esperados-normas-e-ferramentas-para-implantacao>. Acesso em: jun. 2016.

DIAS, R. **Marketing Ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

EXPOCAFÉ. **Cafés certificados**. Disponível em: http://www.expocafe.com/cafes_certificados.html. Acesso em: nov. 2016.

FAIRTRADE. **Critério do Comércio Justo Fairtrade para Organizações de Pequenos Produtores**, 2011 Disponível em: http://www.fairtrade.net/fileadmin/user_upload/content/2009/standards/documents/generic-standards/SPO_PT.pdf. Acesso em: nov. 2016.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. **A theory of fields**. Oxford University Press, 2012.

FREDERICO, S; BARONE, M. Globalização e cafés especiais: a produção do comércio justo da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D'Antas - ASSODANTAS, Poços de

Caldas (MG). **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, vol. 27, n.3, p. 393-404, set/dez/2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/issue/view/1314>. Acesso em maio de 2017.

IDEIES. Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo. **Análise de Competitividade do Setor da Indústria de Café do Espírito Santo**. Relatório 2015. Disponível em: http://www.invistanoes.es.gov.br/images/contratos-de-competitividade/analise-dos-setores/analise_cafe.pdf. Acesso em: jun. 2016.

IMAFLORA. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. **Certificação Socioambiental**. Disponível em: <http://www.imaflora.org/certificacao-socioambiental.php>. Acesso em: nov. 2016

LEME, P. H. M. V. Construção do Mercado de Cafés Certificados e Sustentáveis da UTZ Certified no Brasil: As Práticas e os Arranjos de Mercado. **Tese(doutorado)**. Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2015. Disponível em:

http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/10405/3/TESE_A%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20do%20Mercado%20de%20Caf%C3%A9s%20Certificados%20e%20Sustent%C3%A1veis%20da.pdf. Acesso em: set., 2016.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. C.; MELLO, M. C. A. **Gestão Socioambiental Estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ. **Estatísticas do Comércio Internacional**. Disponível em: http://www.ico.org/pt/trade_statistics.asp?section=Estat%EDstica. Acesso em: jun. 2016

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Organização das Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em: dez, 2016.

PEREIRA, G.; TSANG, C.; MANZINI, R; ALMEIDA, N. **Sustentabilidade Socioambiental: um estudo bibliométrico da evolução do conceito na área de gestão de operações**. **Revista Produção**, vol.21 n.4 p.610-619 São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

RACAFÉ. **Certificações Socioambientais**. Disponível em: <http://www.racafe.com/nuestros-cafes/cafe-verde.html> Acesso em: 23 set. 2016.

RAINFOREST ALLIANCE. **Norma para Agricultura Sustentável**, 2014. Disponível em: http://ibd.com.br/Media/arquivo_digital/9347ae7e-5df7-4f5b-b8ca-ae3c2622bb84.pdf. Acesso em: jun, 2016.

RAINFOREST ALLIANCE. **The Rainforest Alliance and UTZ to merge, forming a new, stronger organization**. Disponível em: <https://www.rainforest-alliance.org/articles/rainforest-alliance-utz-merger>. Acesso em: set, 2017.

REVISTA CAFEICULTURA. **História e origem do café**. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=5549&historia-do-cafe---a-origem-do-cafe.html>. Data de acesso: jul. 2016.

SOUZA, M. C. M. Cafés sustentáveis e denominação de origem: a certificação de qualidade na diferenciação de cafés orgânicos, sombreados e solidários. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-22112011-161753/pt-br.php> Acesso em: set., 2017.

SUSTAINABLE BUSINESS TOOLKIT. Victoria Moore. 2014. **What's your coffee costing the planet? – Environmental impact of the coffee trade.** Disponível em: <http://www.sustainablebusinesstoolkit.com/environmental-impact-coffee-trade/> Acesso em: jun. 2016.

TERRA FORTE CAFÉS. **Certificação.** Disponível em: <http://www.terrafortecafes.com.br/rastreabilidade-certificacao/> Acesso em: dez. 2016.

UNICAFÉ. **Certificados.** Disponível em: <http://www.unicafe.com.br/pt-br/> Acesso em: nov. 2016.

UTZ. **Código de Conduta Núcleo.** Disponível em: <http://www.utzcertified-trainingcenter.com/ewExternalFiles/PT%20UTZ%20Core%20Code%20for%20Conduct%20for%20Individual%20Certification%202014.pdf>. UTZ, 2014.

UTZ. **The Rainforest Alliance and UTZ to merge, forming a new, stronger organization.** Disponível em: <https://utz.org/merger/>. Acesso em: set, 2017.

VIANA, E. C. *et al.* Análise Técnico-Jurídica do Licenciamento Ambiental e sua Interface com a Certificação Ambiental. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.27, n.4, p.587-595, Universidade Federal de Viçosa, Sociedade de Investigações Florestais, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rarv/v27n4/a19v27n4.pdf>. Acesso em: set, 2016.

VILELA, A. **A preservação ambiental na cafeicultura a luz do Código Florestal Brasileiro.** 2012. Disponível em: http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=8196 Acesso em: jun. 2016.

VILELA, A.; DEMAJOROVIC, J. **Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental: desafios e perspectivas para as organizações.** 3.ed. São Paulo: SENAC, 2013.